

É tempo de bebermos, dir-se-ia, tanto mais que sabemos bem ser, felizmente, impossível beber de uma vez por todas as águas andantes desta tradição. E depois, como limitaríamos, sem a renegar, esta herança à condição de um suplemento de alma — ou de desejo ou de projecto — da sociedade burocratizada, de «multidões solitárias» e de indivíduos funcionarizados à peça, aos quais a situação numa escala hierárquica, idêntica para todos e brutalmente homogeneizadora, é oferecida como única via de afirmação «pessoal»?

Repensar a esquerda, a democracia e o socialismo — em Portugal e no mundo, para hoje e amanhã? Sem dúvida, se não nos esquecermos que é de reinventar a política, a natureza das instituições e a nossa relação com elas — actividade quotidiana e de reanimação do quotidiano — que, afinal, se trata.

MIGUEL SERRAS PEREIRA

Robinson Martins Pereira e a Ilha-Esquerda

Outrora até o futuro era melhor
Karl Valentin

Talvez o que mais convenha discutir no «olhar sobre a política» de João Martins Pereira seja o menos político, quer dizer, o menos imediato. Neste campo, as suas reflexões, análises, diatribes, se deixarmos de lado questões de tom e estilo, denotam uma sensibilidade e exprimem reflexos análogos dos de outros comentadores do nosso «vívido» contemporâneo. Acresce ainda que uma das contribuições mais interessantes de *No reino dos falsos avestruzes* diz respeito à leitura de certos discursos «culturais» de incidência política no post-25 de Abril. Tudo impõe, pois, que se confira ao «cultural» e à ordem dos princípios nele explícitos ou implícitos, um interesse superior ao do mero diagnóstico do nosso presente político enquanto processo da «ilusão» ou das «ilusões» de Esquerda cientemente cultivadas.

Arranca o breve ensaio-panfleto de Martins Pereira da vontade polémica, natural e fecunda, de contrapor um modelo de análise histórico-social das «realidades portuguesas», menos contestável, por menos mítico ou até mistificador, que outros em circulação após o 25 de Abril. Numa perspectiva onde convergem modelos caros à historiografia de índole positiva e racionalista, mas sobretudo dependentes da área sociológica ou da económica, J. Martins Pereira recusa a tentação «idealista» de atribuir um estatuto de «sujeito» a uma realidade tão complexa, descentrada, variável no espaço e no tempo, como uma sociedade dada, uma «nação», «um país». Concretamente, o autor de «No reino dos falsos avestruzes» não admite a hipótese de tratar uma sociedade em termos globais, como uma «entidade», «sujeito de qualquer acção» como o fazem, segundo ele, todos os que, por exemplo, instituem «Portugal» como sujeito histórico. Grave questão levanta aqui J. Martins Pereira e que, para além da querela que dividiu a sociologia nos tempos de Durkheim e Tarde, nos remete para a questão que durante séculos exasperou o pensamento medieval. João Martins Pereira opta, à primeira vista, pela solução *nominalista*. Assim, «Portugal» é a mera designação de um certo «viver colectivo», cujas

manifestações e modalidades são *a resultante* de múltiplas interações e relações de dominação/submissão entre os seus componentes — indivíduos e grupos sociais *relativamente homogéneos* — e entre estes e o exterior», para citar os termos do próprio autor.

Muito logicamente, conclui J. Martins Pereira que um conjunto tão aleatório e inorgânico não é *sujeito activo*. Todavia, se a sua exigência crítica se radicalizasse um pouco mais, teria de concluir também que aquilo que ele *substantifica* designando-o por «grupo social», «viver colectivo» ou mesmo «indivíduo» é, por sua vez, *resultante* de múltiplas interações, etc., evapando assim a noção de «indivíduo» ou de «elemento» ou quaisquer outras que se ofereçam no universo do discurso. Com um pouco mais de exigência chegaria à única conclusão radical: não é possível *falar* sem admitir que a linguagem é o lugar da manifestação de um *sentido* prévio, conferido pela designação ao seu objecto, cuja essência não se baseia num acordo (improvável e inexequível) entre o nome e a coisa nomeada, mas no consenso implícito na utilização mesma da linguagem. Antes de ser «a resultante» de tais e tais componentes materiais, sociais, simbólicas (que sem dúvida é «Portugal» é justamente apreendido, analogicamente, como *sujeito activo*, na medida em que é sociedade no tempo, história, conjugação de destinos individuais que se apercebem entre si com algo comum e a si mesmos se deram as formas institucionais em que o mero individual se transcende e se constitui como projecto vital em confronto com o de outras comunidades. É a esse *sentido* que nós damos um nome e é em função dele que a nomeação nos serve de suficiente moeda de comunicação.

Como toda a realidade humana, uma sociedade é *projecto*. Importa pouco que esse «projecto» seja em dado momento apenas o de uma escassa minoria. É a sua manifestação que transforma um agrupamento aleatório em comunidade, a comunidade articulada em função das suas clivagens sociais em sociedade e a sociedade em nação, pela subordinação e hierarquização das próprias clivagens sociais a um projecto que implica «objectivamente» cada um dos seus membros.

É mais confortável para as exigências do senso comum imaginar, por exemplo, que a única e autêntica «História de Portugal» (que é «Portugal como História») é apenas a *história dos portugueses*. Acontece apenas que essa «história» não só não está escrita (na medida em que o pode ser...) como a ser escrita ficará imersa e receberá da «História de Portugal», quer dizer, da colectividade-sujeito activo as suas linhas de força e o prévio horizonte. Uma sociedade é já um destino. Não é a mesma coisa nascer na França de Mitterrand, no Chile de Pinochet ou no Malawi de Banda. Não é só em geral, ou no absoluto, que nascemos a bordo, como sugeriu Pascal, nascemos em embarcações particulares, os navios-nações da «Ode Marítima», e esses navios vêm de qualquer parte e pretendem ir para alguma espécie de porto, o seu particular futuro condicionado pelo futuro comum.

Pareceria lógico que a soma das particularidades, o conjunto dos destinos individuais equivalesse ou determinasse a forma do destino comum, mas este é qualquer coisa mais (ou diversa) da conjugação dos elementos. A título individual, milhares ou até milhões de cidadãos podem viver como indiferentes a esse destino mas nem por isso lhe escapam. Ser alemão entre 1933 e 1945 não era necessariamente partilhar o sentido imprimido pela sua classe dirigente ao povo alemão, mas era, por necessidade, ser afectado por ele, ficar implicado em actos e comportamentos que se volveram para cada alemão em «destino». Denegar a uma sociedade ou um povo o estatuto de *sujeito activo*, como quer J. M. Pereira, equivale a atribuir realidade «substante» unicamente ao *indivíduo*. Pode ser que visto de Sirius aquilo que nós concebemos como «história» seja apenas um prodigioso movimento browniano de percursos cruzados sem mais «sentido» que o dos fenómenos naturais. Macbeth não pensava outra coisa. Mas não é, em geral, assim que cada um de nós se apreende como existência, nem é assim que percebemos a existência social configurada no que chamamos uma comunidade ou uma nação.

Não parece, pois, que qualquer que seja a modalidade de existência que temos em vista quando nos referimos a «Portugal» (ou qualquer outra nação) a possamos analisar e compreender, começando por pôr em causa o seu estatuto de *sujeito activo*. Isto não nos autoriza, senão metaforicamente, a assimilar uma nação a um *individuo*, mas permite-nos conferir-lhe uma *identidade*, um ser particular, de características intrinsecamente *históricas* e não apenas naturais e subsidiariamente «históricas» como a dos indivíduos.

É em sentido óbvio e não como expressão de um diagnóstico negativo que «o nosso destino é a nossa História». Destino e não fatalidade como queria Oliveira Martins, precisamente por ser vida aberta, «histórica». Postular que Portugal tem um «ser», uma «identidade», ou, como Michelet o dizia da França, que ela era uma «pessoa», não equivale a instituir uma identidade mítica ou mística, independente das formas de vida, dos actos e das acções que a manifestam, mas afirmar que esse «ser» e essa «identidade» coincidem com os avatares da *sua História*. Todos os avatares e *toda* a História e não uma leitura, consciente ou inconscientemente amputada do seu devir e das contradições que o alimentam. É, se se quiser, uma concepção «existencial», propósito que João Martins Pereira, atento leitor de Sartre, pode compreender como ninguém.

Todavia, se o conhecimento desse *ser histórico particular* que é uma nação (bem mais complexo e vasto do que aquele que, em geral, a «História» consigna) permite distinguir, ao longo do seu devir, um certo número de comportamentos colectivos estruturais ou de anormal constância, nada impede que, sempre a título «histórico» e não «metafísico», os supunhamos significativos e expressivos da realidade profunda de uma nação ou povo. Não se trata de *psicologia* (mesmo da chamada «psicologia dos povos») mas sempre de *história* e de história lida nos factos e nos actos que os próprios actores viveram como *relevantes*. Se assim não fosse, se a História (qualquer que seja) não se vivesse como *autognose*, como se explicariam os desvelos que se lhe consagram? E, até, a sua simples *existência*?

Insurge-se João Martins Pereira contra a ideia de «psicanalisar» Portugal, não só porque não consegue descobrir qualquer «sujeito activo» sob a «realidade-Portugal», como por desconfiar até de que as luzes da Psicanálise sejam de algum préstimo mesmo para o objecto específico dela, o nosso inconsciente de «indivíduos». Mesmo «pequenino» Portugal seria grande demais para divã de psicanalista... Convenhamos nisso.

Simplemente, o que foi proposto não tinha nada que ver com essa impossível façanha. Não foi a «psicanálise» de um Portugal-objecto que, a título de contribuição para um «repensamento» do nosso presente, se esboçou no **Labirinto da Saudade**. Foi uma tentativa, sem dúvida rápida e prematura, de «psicanalisar» (no sentido de pôr a descoberto o inconscientemente *ocultado*) o *discurso* que, sob a forma de *nossa História*, nos é comumente apresentado como o *discurso da verdade sobre nós mesmos*. É óbvio que Portugal como «história» não se reduz ao *discurso(s)* que sobre a realidade portuguesa ao longo dos séculos foi proferido, e em particular àquele(s) que se encontra consignado nas *Histórias* mais conhecidas. Todavia, não é menos óbvio que esse *discurso* (em si mesmo uma pluralidade de leituras) é o mais imediato e o mais revelador dos espelhos, aquele onde com o máximo de relevo apreendemos a *imagem* que fazemos de nós enquanto portugueses.

Ora acontece que essa *imagem* (com um breve retoque) é ostensivamente uma imagem hiperbólica de nós mesmos, cuja função de compensação-ocultação parece manifesta e por isso a «cura psicanalítica» metaforicamente proposta em **O Labirinto da Saudade** não pressupõe, como sinceramente o deixa crer J. Martins Pereira, que eu creia que *nós estamos particularmente doentes* enquanto sociedade real (este é outro problema), mas, ao contrário, que estamos, e quase sempre estive-

Confesso que me desagrada o argumento segundo o qual a Esquerda deveria ser «nacionalista», porque «o povo precisa disso como pão para a boca» (E. Lourenço) e, portanto, se o não fizer deixa campo aberto à «exaltada e frenética exploração» do nacionalismo por parte da Direita. As palavras têm o seu peso próprio e o «nacionalismo», quer se queira quer não, tem uma conotação tal que ninguém duvidará da cor política de um partido ou frente «nacionalista». (...) Em resumo, não há nacionalismo *acima* das ideologias, o que facilmente se constata nãs guerras civis, em que ambos os campos se proclamam os verdadeiros portadores do «sentimento nacional».

p. 21

Ao pronunciar-se sobre *tudo* — e a Esquerda tem de pronunciar-se sobre *tudo* — parece aceitável que o conceito de emancipação deverá ser um elo de ligação permanente entre todas as ideias do sistema. (...) Em termos ideais, dir-se-á que é emancipador tudo o que aproxime um indivíduo do ser plenamente *responsável* que «teoricamente» é. Será pois emancipador tudo o que tenda a reduzir os constrangimentos sociais, económicos e culturais que limitam a liberdade de escolha ou decisão do «indivíduo em sociedade».

p. 104

Pensarão alguns que o Socialismo faz parte da ideia de Esquerda. É errado, a meu ver. Terá sido certo enquanto não houve «socialismos reais» — o socialismo era então apenas uma ideia, um projecto. Hoje não é assim. Tantos são os regimes que a si mesmos se rotulam de «socialistas», que a Esquerda não pode ignorar essas experiências, submetendo-as ao critério da emancipação. O seu conceito de socialismo incorporará necessariamente os resultados desse exame crítico, mas não coincidirá porventura com nenhum dos «modelos» já experimentados. Fará, conjuntamente com muitos outros elementos, todos positiva ou negativamente inter-implicados, parte do *projecto* que é a Esquerda, não da ideia de Esquerda.

JOÃO MARTINS PEREIRA
No Reino dos Falsos Avestruzes, p. 105

mos, dispostos a pensar que *estamos maravilhosamente* sãos. Ou melhor, exemplarmente sãos, nação harmoniosa por excelência, sem problemas, invejada do universo, como se escrevia e proclamava em época próxima, de cegueira não apenas episódica mas de aparência estrutural, tão antiga é essa lusa convicção. E que essa convicção tem os rins sólidos e a vida longa, basta a leitura do complacente «Anjo da Esperança», aliciante discurso da «normalização» ideológica e cultural post-25 de Abril, para o mostrar.

Talvez João M. Pereira não se tenha apercebido, por deficiente precisão minha, que **O Labirinto da Saudade** desejou, acima de tudo, sugerir a necessidade de um «discurso» sobre Portugal e o nosso destino capaz de superar *positivamente* (quer dizer, através de estudos e obras inovadores) os dois pólos fraternos do *pessimismo trágico* da Geração de 70 e do *optimismo beato* da tradição racionalista, num momento em que a vida e a dinâmica da cultura portuguesa pareciam propícias para um reexame do nosso discurso clássico sobre nós mesmos.

Sob as aparências de uma visão integradora e ultra-complexa dos fenómenos sociais, J. Martins Pereira professa, no fundo, uma concepção singularmente *atomizada* e assaz *niilista* da sociedade e do devir social. Os «sujeitos-activos» que se não

possam reduzir ao puro *sujeito-livre* ideal que é o indivíduo, parecem-lhe ininteligíveis, por serem, antes de mais, eticamente inaceitáveis. É a versão inversa do pacto social de Rousseau: o sonho de um anti-pacto que nos devolva à nossa *liberdade original*, para, a partir dela, organizarmos a *comunidade humana*, concreta e fraterna, que nos proteja das diversas espécies de «monstros frios» que são as grandes máquinas colectivas que chamamos «nação» e a sua forma política «estado», a par de outras do género associação, grupo ou partido que roubem a substância à nossa «livre existência».

Reconhecemos aqui o «pathos» específico da ideologia de Esquerda. Esta exigência individualista — bem compreensível na sua função utópica — leva J. Martins Pereira a denunciar com um certo humor corrosivo as diversas versões de «esquerda» que têm monopolizado o nosso fervor político desde o 25 de Abril. Não custa muito concordar com bom número das suas críticas a essas versões. Aparte o rápido momento em que o «indivíduo» J. Martins Pereira se sentiu «livre» no espontaneísmo de esquerda de 75, tudo é arremedo e caricatura. É apenas à *ideia de Esquerda*, como permanente dever-ser que J. Martins Pereira oferece a sua esperança, excluindo dela a Esquerda existente e, em particular, a que se auto-identifica com *Socialismo*. Esquerda é mero futuro. Isso lhe permite satirizar com verve e alguma pertinência, o que de facto há de *não-esquerda* ou de *anti-esquerda* nas formas institucionais que pretendem incarná-la. Sozinho, na sua pura ilha-Esquerda, definida em função de uma imagem *mítica do intelectual* (de perfil sartriano), J. M. Pereira, critica com mão severa, embora amigável, os *ilusos* voluntários dessa pseudo-Esquerda. São todos aqueles que, em metáfora caprichosa, apelida de «falsos avestruzes». Não é difícil utilizar a mesma metáfora, positivamente, para designar os que *não* enterram a cabeça na areia para ver melhor «a esquerda que há»... E nela, a de João Martins Pereira.

Discurso de futura esperança, o de **No reino dos falsos avestruzes**, impregnado de salutar e pouco comum boa-fé, é também um discurso de nostalgia silenciada, da ilusão revolucionária perdida. Na sua sinceridade, no seu tom frontal e provocador há uma contribuição de preço para o repensamento e problematização da Esquerda impostos pelo nosso passado recente e, não menos, pela sua complexa e ambígua aventura noutros quadrantes. Mas por mais aguda que seja a radicalização dessa problemática, não se pode fazer a economia da aventura histórica, concreta, da Esquerda e, em particular, da que se definiu, em certo momento, como *Socialismo*. A «ideia de Esquerda» não é só, nem fundamentalmente, a «Esquerda como Ideia», exigência ideológica e ética sem cessar diferida. É *ideia incarnada* historicamente, como maior ou menor felicidade, na trama da vida colectiva, como processo de emancipação (auto-emancipação) em todos os campos da actividade humana. A esse título, pode passar — e tem passado vezes sem conta — através de processos, homens, instituições ou iniciativas que não «pareciam» de Esquerda. Como inversamente, experiências alienantes da condição humana tiveram — ou continuam a ter — lugar sob etiqueta «progressista» ou «revolucionária». O que significa que, também neste domínio, só o conhecimento e a análise do processo histórico, sem preconceitos, nos permite distinguir, embora numa certa ambiguidade, acaso insolúvel, aquilo que realiza ou falha a incarnação dessa vontade emancipadora que a ideia de Esquerda veicula. Que mais não seja, essa leitura permite descobrir sem pena que as evidências e os lugares-comuns do consenso social presente (de Direita ou de Esquerda) são as utopias ou as exigências desmedidas da Esquerda de ontem. Prova de que, mesmo através das suas incarnações frustradas, a Ideia se fez Vida. É isso que nos impede de aceitar a proposição radical de João Martins Pereira de apagar ou esquecer tudo para começar a partir de zero. Ao fim e ao cabo, também Robinson foi herdeiro.

Vence, 25 de Agosto de 1983

EDUARDO LOURENÇO

Um Grito na Noite

Apetece chamar a este livro «um grito na noite», de tal maneira se percebe que o autor quer desabafar o seu desgosto de não ter dado tudo quanto estava em seu poder para realizar a *esperança da Esquerda* que em seu parecer se consubstanciou no 25 de Abril de 1974. «*Vontade de dizer tudo o que me viesse à cabeça, libertar-me ao menos da culpa de não o ter dito. Claro que isto era (é) muito mais importante para mim mesmo do que para quaisquer eventuais leitores*».

Compreende-se também que o autor diga no seu livro que «*escrito apressadamente, sob um impulso em que se misturaram a revolta e a necessidade, não se espere uma análise rigorosa, nem finuras de estilo*». Distingamos: a «*análise rigorosa*» exige tempo e reflexão; mas as «*finuras de estilo*» são coloquiais e espontâneas, e pedem por vezes o esquecimento da «*análise rigorosa*». Talvez que não haja bastante «*análise rigorosa*» neste livro; mas as «*finuras de estilo*» não faltam. Eis um exemplo:

«*Disse alguém há tempos — e nem será nada de novo — que 1820 terá sido o primeiro passo do republicanismo triunfante 90 anos mais tarde. Será pessimismo admitir que 1974 terá sido o primeiro passo do socialismo? Chega para me manter vivo*» (p. 8). Isto é evidentemente uma figura de estilo, uma «proporção» verbal, como as que se encontram nos pregadores do século XVII: Se de A se seguiu A', então de B se seguirá B'. A' é bom, melhor que A. Por outras palavras o primeiro passo para a República foi bom, a República, obviamente foi melhor; e como o 25 de Abril foi o primeiro passo para o Socialismo, segue-se que também foi bom, visto que por definição (?) o Socialismo é óptimo. É uma questão de palavras, mas nenhum engenheiro se contentará com esta espécie de proporção pseudo-geométrica. Resta demonstrar uma infinidade de coisas, entre elas se a República foi uma coisa boa, e se o Socialismo que virá terá alguma coisa que ver com as amostras do 25 de Abril, etc., etc. Mas, por este exemplo, vê-se que João Martins Pereira gosta muito de palavras.

A sua obsessão é a palavra «Esquerda». «*Os atemorizados analistas de Direita se esfalfam a combater contra o que dizem não existir — a Esquerda*» (p. 8/9). Mas será que a Esquerda existe mesmo? O autor não parece muito convencido: «*A ideia de esquerda — diz ele — está ainda por construir*». E para essa construção lança ele «*umas desgarradas pedras*» na 2.ª parte do seu livro (p. 9). Portanto a Direita está atacando em vão, julgando que há um alvo chamado Esquerda, e a Esquerda está-se queixando em vão contra ataques que lhe não são dirigidos.

É este o resultado de razoar mais com palavras do que com ideias, o que não impede o autor de dizer que «*é na ordem burguesa liberal*» e «*democrática*» que a carga mítica do discurso político e cultural desempenha uma função primordial (p. 23-24). Nós diríamos o contrário.